

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro – Rioprevidência foi instituído pela Lei Estadual n.º 3.189, de 22 de fevereiro de 1999, na forma de autarquia pública é dotado de personalidade jurídica de direito público, com a finalidade de gerir os ativos financeiros, visando o custeio do pagamento dos proventos, pensões e outros benefícios previdenciários, dos servidores públicos do Estado do Rio de Janeiro, observadas as Emendas Constitucionais n.º 20/98, 41/03, as Leis Federais n.ºs 9.717/98 e 10.887/04.

A Lei Estadual n.º 5.109 de 15 de outubro de 2007, que extinguiu o Instituto de Previdência do Estado do Rio de Janeiro – IPERJ transferiu ao Rioprevidência a competência para a habilitação, administração e pagamento dos benefícios previdenciários previstos na legislação estadual, que dispõe sobre o regime previdenciário dos servidores públicos do Estado do Rio de Janeiro e seus dependentes, incorporou seus Ativos e Passivos (direitos e obrigações), considerando inclusive o Rioprevidência seu sucessor histórico.

Com a publicação da Lei Estadual nº 5.260, de 11 de junho de 2008, houve a unificação do Regime Jurídico próprio e único da Previdência Social dos Membros do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública, do Tribunal de Contas e dos Servidores Públicos Estatutários do Estado do Rio de Janeiro, cabendo ao Rioprevidência a gestão deste regime previdenciário.

Ressalte-se que o Rioprevidência é uma instituição nova, mas já é uma das maiores instituições de previdência do país, com ativos totais superiores a R\$53 bilhões, sendo que o número de aposentados e pensionistas é de aproximadamente 220 mil, com folha mensal de R\$523 milhões.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31.12.2009

Não obstante, cabe salientar que o Rioprevidência vem conseguindo atender todos os requisitos obrigatórios exigidos pelo Ministério da Previdência Social para obter a REGULARIDADE do CRP – Certificado de Regularidade Previdenciária, cujo não deferimento acarretaria no impedimento do Governo do Estado do Rio de Janeiro, contrair empréstimos e celebrar contratos ou convênios junto à União.

1.1 MISSÃO

Prestar serviços com excelência aos nossos clientes (servidores ativos, inativos, pensionistas e dependentes), com eficiência de atendimento, credibilidade, respeito e responsabilidade social, com administração transparente e eficaz do patrimônio, para cumprimento das obrigações previdenciárias atuais e futuras e contribuir para a gestão fiscal do Estado.

1.2 VISÃO

Ser a melhor gestora de Regimes Próprios de Previdência Social do Brasil, com excelência comprovada, tendo como diretrizes:

- Satisfação na prestação de serviços aos seus clientes
- Boas práticas de gestão de ativos e passivos
- Governança, transparência e conformidade na gestão do negócio.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações apresentadas consolidam a referida incorporação de direitos e obrigações para os saldos apresentados.

A Autarquia utiliza o Sistema Integrado de Administração Financeira dos Estados e Municípios – SIAFEM-RJ, instituído pelo Decreto Estadual n.º 22.939 de 30 de janeiro de 1997, para contabilização de suas operações, em conformidade com as normas de Finanças e Contabilidade Pública, aplicando-se a Lei Federal n.º 4.320/64, a Lei Complementar n.º 101/00,

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31.12.2009

a Lei Estadual n.º 287/79, a Portaria MPS n.º 916/03 e as alterações vigentes, a Portaria MPS n.º 402/08 e Portaria MPS n.º 403/08.

As despesas são registradas pelo regime de competência, e as receitas pelo regime de caixa e estão contidas na Lei Estadual n.º 5.369/09 de 08/01/2009 – Lei do Orçamento Anual/LOA-2009, estando às atividades do Fundo contidas no Orçamento do Estado do Rio de Janeiro de 2009, e apresentadas em milhares de reais.

Suplementarmente é apresentado, também, o Balanço Patrimonial Previdencial de 2009 conforme a Resolução CGPC/MPAS n.º 10, de 05 de julho de 2002.

A nova estrutura do Rioprevidência fez com que as decisões relativas aos investimentos sejam colegiadas, eliminando as alçadas individuais. As diretrizes de investimentos são definidas pelo Conselho de Administração, por intermédio do Plano Anual de Investimento. As diretrizes mensais são discutidas e decididas no Comitê de Investimentos e aprovada pela Diretoria Executiva. As decisões do Comitê de Investimentos são vinculantes para o Diretor de Investimentos, que as deve seguir, aplicando-as em conformidade com a legislação vigente.

Os investimentos imobiliários são registrados pelos valores de avaliações que precedem as transferências dos mesmos para o patrimônio do Fundo. As reavaliações são realizadas sob supervisão da Gerência de Controle e Registro/GCR e sendo registradas conforme encaminhamento à Gerência de Controladoria.

A gestão dos ativos do Rioprevidência é um dos pilares para se atingir rentabilidade, solvência, liquidez e transparência na poupança previdenciária dos servidores do Estado do Rio de Janeiro e de seus beneficiários.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31.12.2009

2.1 DEPRECIACÃO

A partir do exercício de 2004, os Bens Móveis começaram a ser depreciados, pelo método linear, às taxas estabelecidas em função da vida útil fixado por espécie de bens, conforme a seguinte tabela:

CONTA	TAXA
Móveis e Utensílios	10%
Máquinas e Equipamentos	10%
Instalações	10%
Veículos	20%
Computadores, Periféricos e Balcão de Atendimento	20%
Softwares e Sistema Integrado de Gestão	20%

3. BALANÇO PATRIMONIAL

3.1 COMPOSIÇÃO DO ATIVO

3.1.1 CIRCULANTE

O grupo disponível apresenta as disponibilidades financeiras em moeda nacional.

DISPONÍVEL	31/12/2008	31/12/2009	Var. %
Bancos Conta Movimento	461	2.825	512,42
TOTAL	461	2.825	512,42

3.2 REALIZÁVEL

3.2.1 PREVIDENCIAL

Registra os valores a serem realizados a Curto e a Longo Prazo, destinados aos pagamentos das despesas previdenciárias.

Com destaque a variação positiva de mais de 23% no estoque do ativo referente a Royalties e Participação Especial, ressaltamos a mudança na metodologia de apuração que ocorreu devido à nova fonte para o fluxo futuro deste ativo que passou a ser informado pela Secretaria de

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31.12.2009

Fazenda do Estado do Rio de Janeiro a partir de dados obtidos junto a Agência Nacional do Petróleo – Nota Técnica GOP/DIN nº110/2009.

O direito referente à Compensação Financeira entre Regimes Previdenciários teve seu valor de R\$ 2.025 bilhões, integralmente utilizados para Amortização da Provisão Matemática conforme Avaliação Atuarial elaborada pela PEMCAIXA – Previdência para Estados e Municípios.

REALIZÁVEL PREVIDENCIAL	31/12/2008	31/12/2009	Var. %
Direitos de Royalties e Participação Especial - art. 20, § 1º da Constituição Federal	34.956.491	43.246.494	23,72
Créditos em Cobrança - Parcelamentos	516.724	514.445	(0,44)
Concessões e Alienações	40.817	37.732	(7,56)
Dívida Ativa Tributária e Não Tributária	5.273.951	1.300.667	(75,34)
Contribuições Patronais a Receber	126.368	155.572	23,11
Valores a Receber do ERJ	976.362	1.368.128	40,13
Outros Créditos - Diversos Responsáveis / Valores em Trânsito	46.191	48.907	5,88
TOTAL	41.936.903	46.671.946	11,29

3.2.2 INVESTIMENTOS

Registra a composição consolidada da Carteira de Investimentos mantida pelo Regime Próprio de Previdência Social, apresentando o saldo de investimentos com suas variações ocorridas em função das novas aplicações e eventuais perdas e ganhos, até a data do Balanço.

Observa-se no quadro a seguir que, uma vez que as despesas no período foram inferiores as receitas, houve um consumo dos ativos do Rioprevidência o que se refletiu na redução do estoque dos investimentos (23,3%).

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31.12.2009

INVESTIMENTOS	31/12/2008	31/12/2009	Var. %
RENDA FIXA	8.915.989	6.762.130	(24,16)
Certificados Financeiros do Tesouro - CFTs	4.899.443	3.735.762	(23,75)
Saldo do Contrato com o Governo do ERJ, para recomposição do fluxo original dos CFTs - MP 137/03 (Processo E-01/300.003/04)	2.619.843	2.104.874	(19,66)
Saldo de Aplicação no Fundo GOV PP - Itaú S.A	99.962	1.380	(98,62)
Saldo de Aplicação no Fundo SOBERANO - Itaú S.A.	90.066	347.717	286,07
Saldo de Aplicação no Fundo GOV PP - Itaú S.A - Ex- IPERJ	913	-	-
Saldo de Aplicação no Fundo FI BRASIL DI LP da Caixa Econômica Federal	244.218	104.712	(57,12)
Saldo de Aplicação no Fundo NOVO BRASIL RF LP da Caixa Econômica Federal	-	1.609	-
Saldo de Aplicação em Operações Compromissadas da Caixa Econômica Federal	-	243.542	-
Saldo de Aplicação no Fundo BB Regime Próprio III	704.322	5	(100,00)
Saldo de Aplicação no Fundo MASTER CASH FI REF do Banco Pactual	210.183	31.667	(84,93)
Saldo de Aplicação no Fundo BNP Paribas	47.040	-	-
Saldo de Aplicação no Fundo BRAM FEDERAL EXTRA RF DI do Banco BRADESCO	-	190.861	-
RENDA VARIÁVEL	448	626	39,61
Ações	448	626	39,61
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	285.548	292.590	2,47
Terrenos	127.087	134.284	5,66
Edificações	158.462	158.306	(0,10)
TOTAL	9.201.986	7.055.345	(23,33)

3.3 DÍVIDA ATIVA

A constituição da provisão para perdas no recebimento de créditos inscritos em Dívida Ativa atende ao disposto na NBCT 4, aprovada pela Resolução CFC n.º 732/1992 e ao Princípio da Prudência, estabelecido pela Resolução CFC n.º 750/1993, bem como a Portaria STN n.º 564, de 27 de outubro de 2004. Com base nesses critérios, a metodologia de cálculo da provisão baseou-se em duas variáveis principais:

- Média percentual de recebimentos passados - utiliza uma média ponderada dos recebimentos com relação aos montantes inscritos dos três últimos exercícios;
- Saldo atualizado da conta de créditos inscritos em Dívida Ativa.

O balanço de fechamento de 2009 espelhou uma mudança na metodologia de cálculo da Provisão para Perdas da Dívida Ativa, em relação aos anos anteriores, de acordo com

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31.12.2009

Determinação do TCE e interpretação do Manual da Dívida Ativa da Secretaria de Estado de Fazenda, onde houve a inclusão da experiência de recebimento do ativo no ano corrente no cálculo da provisão e a aplicação do percentual do recebimento médio dos últimos 3 anos nas dívidas inscritas no ano corrente, o que não ocorria nos anos anteriores - Processo E-01/315.566/2010. Com essa mudança o estoque do ativo decresceu mais de 75% saindo de R\$ 5,2 bilhões para R\$ 1,3 bilhões de reais.

DÍVIDA ATIVA	31/12/2009
Tributária - Curto Prazo	292.396.676
Não-Tributária - Curto Prazo	10.903.475
TOTAL - CURTO PRAZO	303.300.151
Tributária - Longo Prazo	33.475.682.645
Não-Tributária - Longo Prazo	995.990.788
(-) Provisão para Perdas da Dívida Ativa	(33.488.360.391)
TOTAL - LONGO PRAZO	983.313.042
Inscrição em Dívida Ativa - Taxa de Ocupação de Imóveis	14.054.195
TOTAL	1.300.667.388

3.4 ADMINISTRATIVO

Registra os bens e direitos necessários à operação da Entidade, em 31 de dezembro, e sua composição está demonstrada da seguinte forma:

ADMINISTRATIVO	31/12/2008	31/12/2009	Var. %
Poupanças (valores em garantia)	20	19	(3,20)
Almoxarifado	217	249	15,13
Imóveis de Uso Próprio	45.181	45.021	(0,35)
Bens Móveis	1.519	1.874	23,37
TOTAL	46.936	47.163	0,48

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31.12.2009

4. ATIVO

O Ativo Real corresponde à totalidade de bens e direitos que representam os valores que compõem o Ativo Circulante, o Ativo Realizável à Longo Prazo e o Ativo Permanente de um Balanço Patrimonial.

4.1 COMPOSIÇÃO DO ATIVO REAL DO FUNDO – 2008/ 2009

	Em R\$		
DESCRIÇÃO	31/12/2008	31/12/2009	Var %
CIRCULANTE	7.390.087.145	6.456.650.950	(12,63)
Disponível - Conta Movimento	461.282	2.824.959	512,42
Letras Financeira Tesouro - LFT	-	243.541.933	-
Aplicações Financeiras Curto Prazo	1.396.703.791	677.951.778	(51,46)
Cert. Financeiros do Tesouro - CFTs Curto Prazo	1.096.949.960	1.585.870.905	44,57
Cert. Financeiros do Tesouro - CFTs - Permutado	598.711.086	-	-
Créditos Tributários a Receber/Parcelamentos Administrativos - ICMS	516.723.952	514.445.074	(0,44)
Valores a Receber do ERJ - FUNDES - Curto Prazo	73.796.678	78.102.375	5,83
CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS A RECEBER	126.368.375	155.572.039	23,11
DÍVIDA ATIVA - CP	93.234.821	303.300.151	225,31
ROYALTIES DO PETRÓLEO - CP	3.487.137.200	2.895.041.734	(16,98)
CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	42.514.510.848	45.641.316.546	7,35
Créditos a inscrever na Dívida Ativa	7.752.256	14.054.195	81,29
Saldo da DÍVIDA ATIVA	5.172.963.907	983.313.042	(80,99)
DÍVIDA ATIVA	28.657.339.904	34.471.673.433	20,29
Provisão da Dívida Ativa (-)	(23.484.375.998)	(33.488.360.391)	42,60
SALDO DE CONCESSÕES - FLUMITRENS	40.816.857	37.732.160	(7,56)
CFTS PERMUTADOS COM ERJ - MP 137/03	2.021.131.821	2.104.874.233	4,14
Cert. Financeiros do Tesouro - CFTs Longo Prazo	3.802.492.612	2.149.890.666	(43,46)
ROYALTIES DO PETRÓLEO - LP	31.469.353.396	40.351.452.250	28,22
INVESTIMENTOS	285.996.468	293.215.823	2,52
ACIONÁRIO	448.131	625.615	39,61
IMOBILIÁRIOS RIOPREV	285.548.337	292.590.208	2,47
OUTROS REALIZÁVEIS	995.672.519	1.386.096.572	39,21
Almoxarifado	216.664	249.452	15,13
Responsáveis por Danos e Perdas ¹	40.771.840	42.477.123	4,18
Bens Móveis (Equipamentos, mobiliário etc)	1.518.994	1.873.945	23,37
Alugueis a Receber	4.866.397	5.846.368	20,14
Valores a Receber do ERJ - Dívida Ativa - Determinação TCE N° 14	-	261.000.000	-
Valores a Receber do ERJ	23.621.587	25.335.414	7,26
Valores a Receber do ERJ - BERJ	262.638.647	273.633.894	4,19
Valores a Receber do ERJ - FUNDES	614.138.170	730.056.568	18,87
Outros - 2	552.696	603.025	9,11
Bens Imóveis - Sede e Outros	45.181.023	45.020.783	(0,35)
TOTAL DO ATIVO	51.186.266.980	53.777.279.889	5,06

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31.12.2009

5. PASSIVO

Registra as obrigações de ordem previdenciária e administrativa da Entidade em relação aos pagamentos de benefícios previdenciários, folha de pagamento e seus encargos sociais e obrigações por fornecimentos de serviços e materiais, sendo contabilizadas pelo regime de competência, conforme demonstrado abaixo:

5.1 COMPOSIÇÃO DO PASSIVO REAL DO FUNDO – 2008/ 2009

Em R\$			
DESCRIÇÃO	31/12/2008	31/12/2009	Var %
EXIGÍVEL OPERACIONAL	1.752.633.225	2.011.971.136	14,80
CIRCULANTE			
PROGRAMA PREVIDENCIAL	1.140.901.198	1.566.576.412	37,31
Aposentados e Pensionistas	30.421.986	327.094.411	90,70
Consignações a Pagar	190.566.050	240.675.465	26,30
IRRF a Recolher	40.381.945	46.286.947	12,76
Receita a Classificar	-	16.069.901	-
Restituições	13.591.268	19.395.403	42,70
Provisão 13º Salário Inativos e Pensionistas	-	-	-
Sentenças Judiciais - Precatórios	865.939.949	876.920.138	1,27
Sentenças Judiciais - Pessoal	-	40.104.074	-
Sentenças Judiciais - Fornecedores	-	30.072	-
ADMINISTRATIVO	23.802.032	25.373.375	6,60
Administrativo	23.802.032	25.373.375	6,60
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO			
OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	587.929.995	420.021.349	(28,56)
Obrigações Contratuais	587.929.995	420.021.349	(28,56)
EXIGÍVEL ATUARIAL	98.539.577.244	104.042.288.125	5,58
PROVISÕES MATEMÁTICAS	98.539.577.244	104.042.288.125	5,58
Benefícios Concedidos	67.862.301.812	70.565.693.324	3,98
Benefícios a Conceder	32.752.212.033	35.501.923.578	8,40
Reservas a Amortizar	(2.074.936.601)	(2.025.328.777)	(2,39)
DÉFICIT TÉCNICO DO EXERCÍCIO 2009	(49.105.943.489)	(52.276.979.371)	6,46
TOTAL DO PASSIVO	51.186.266.980	53.777.279.889	5,06

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31.12.2009

5.1.1 EXIGÍVEL OPERACIONAL

5.1.1.2 PREVIDENCIÁRIO

Aposentados e Pensionistas

Trata-se do valor das folhas de pagamento dos servidores inativos e dos pensionistas, referente ao mês de Dezembro de 2009, observando-se que pagamento da folha dos servidores inativos ocorrerá no mês de Janeiro do exercício subsequente, conforme calendário divulgado pelo Estado.

Consignatários

Tratam-se das consignações descontadas das folhas de pagamento dos servidores inativos e pensionistas do ERJ no mês de Dezembro de 2009, que serão pagas aos seus respectivos consignatários de acordo com o cronograma estabelecido.

IRRF a Recolher

Refere-se ao valor de Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, retidos das folhas de pagamento de inativos e pensionistas.

Restituições

São valores depositados por Terceiros em conta corrente do Fundo e, até terem suas origens identificadas, são classificados contabilmente como uma obrigação.

Sentenças Judiciais

Referem-se a ações judiciais, já transitadas em julgado, impetradas por servidores inativos e/ou pensionistas.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31.12.2009

5.1.1.3 ADMINISTRATIVO

Registra as obrigações administrativas a pagar da Entidade em relação aos pagamentos dos fornecedores de bens e serviços, concessionárias, folha de pagamento de pessoal próprio e seus respectivos encargos sociais, sendo contabilizadas pelo regime de competência.

5.1.1.4 OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

Trata-se do saldo no final do Exercício, resultante das obrigações constituídas pelo Sexto, Sétimo e Oitavo Termos Aditivos ao Contrato de Abertura de Contas, Nomeação de Agente Fiduciário e Outros Pactos, firmados entre o Estado do Rio de Janeiro e a Caixa Econômica Federal, com a interveniência da União, do Banco do Estado do Rio de Janeiro, em Liquidação Ordinária, do Banco BANERJ S.A. e do Banco do Brasil S.A, conforme demonstrado a seguir:

PASSIVO ADMINISTRATIVO	31/12/2008	31/12/2009	Var. %
Despesas Administrativas	23.802.032	25.373.375	6,60
Recomposição da Conta "B"	587.929.995	420.021.349	(28,56)
TOTAL	611.732.027	445.394.724	(27,19)

5.1.2 EXIGÍVEL ATUARIAL

Compromissos atuariais com os Servidores Públicos do Estado do Rio de Janeiro, conforme AVALIAÇÃO ATUARIAL do Estado do Rio de Janeiro para o exercício de 2010, referentes ao exercício de 2009, elaborada pela PEMCAIXA – Previdência para Estado e Municípios, parte integrante dessas demonstrações.

O Passivo Previdenciário é composto pelos Benefícios Concedidos, representando os compromissos que o Estado do Rio de Janeiro tem com os servidores que já recebem seus benefícios, tendo, portanto maior urgência na constituição de suas provisões, com a agravante

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31.12.2009

de ter que realizar o pagamento dos benefícios correspondentes à expectativa de vida desses inativos e pensionistas, e os Benefícios a Conceder representando as provisões matemáticas correspondentes aos segurados que estão em fase de contribuição (Ativos).

Os valores das Reservas Matemáticas, com base nos dados cadastrais, incluídos o Executivo, o Tribunal de Contas, ALERJ, Ministério Público e Tribunal de Justiça, refletem uma necessidade de recursos acumulados para a cobertura dos compromissos com os benefícios previdenciários para os servidores ativos, inativos e seus pensionistas, conforme abaixo:

COMPROMISSOS ATUARIAIS	31/12/2008	31/12/2009	Var. %
Benefícios Concedidos	67.862.302	70.565.693	3,98
Benefícios a Conceder	32.752.212	35.501.924	8,40
Reservas a Amortizar (-)	(2.074.937)	(2.025.329)	(2,39)
TOTAL	98.539.577	104.042.288	5,58

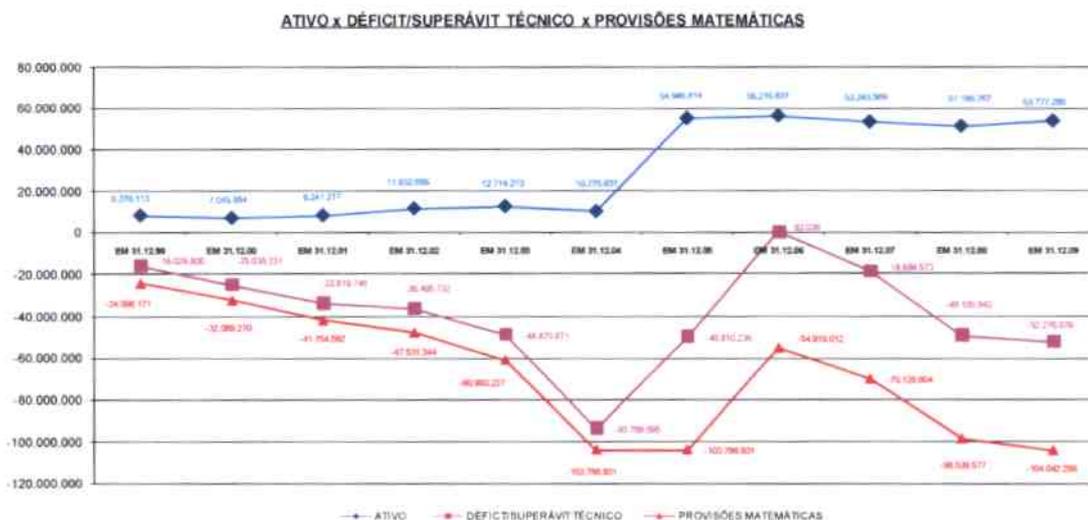
Buscando evidenciar o resultado previdenciário, concluímos que pela equação: Ativo Total subtraído da Provisão Matemática Total apura-se um déficit previdenciário de R\$ 52.276

bilhões, que subtraído do Passivo Circulante, apresenta o Déficit Total do Exercício, conforme abaixo demonstrado:

ATIVOS GARANTIDORES X PROVISÕES MATEMÁTICAS	31/12/2009
Ativo Total	53.777.280
(-) Provisões Matemáticas Totais	(104.042.288)
= Déficit Previdenciário	(50.265.008)
(-) Exigível Operacional	(2.011.971)
= Déficit Total do Exercício	(52.276.979)

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31.12.2009

Gráfico da Evolução do Ativo X Superávit/ Déficit X Provisão Matemática



6. DESPESAS

Apresenta as despesas orçamentárias liquidadas no exercício, discriminadas basicamente em dois grandes grupos: de Caráter Previdenciário, que são as relativas aos inativos e pensionistas dos Poderes: Executivo, Judiciário, Legislativo, do Tribunal de Contas do Estado e do Ministério Público e de Caráter Administrativo, que se referem às despesas de custeio do Fundo.

(Handwritten signature)

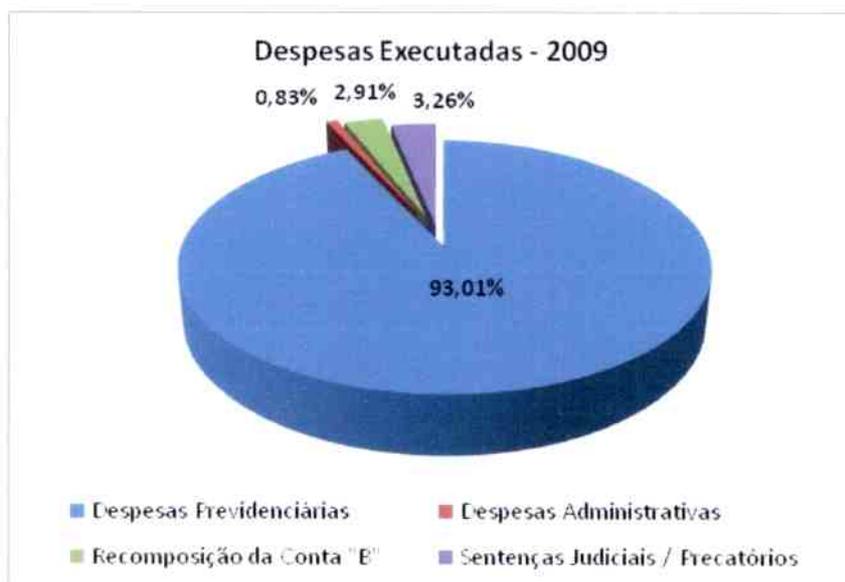
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31.12.2009

DESPESAS - EXECUÇÃO ANUAL - 2009			
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	FIXAÇÃO ANUAL	LIQUIDADAS	%
Com INATIVOS	5.138.342.882	5.084.147.559	98,95
13º Salário 2009 - INATIVOS	434.343.000	434.343.000	100,00
Com PENSIONISTAS	1.265.276.476	1.259.700.210	99,56
13º Salário 2009 - PENSIONISTAS	118.396.029	118.396.029	100,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	6.956.358.387	6.896.586.799	99,14
Pessoal Próprio	21.417.160	18.159.846	84,79
13º Salário 2009 - Folha de Pessoal Próprio	1.784.763	1.219.559	68,33
Despesas de Custeio Diversas	13.277.939	10.490.992	79,01
Despesas de Exercícios Anteriores	33.498.880	28.148.097	84,03
Capital - Aquisição de Bens	14.101.577	322.614	2,29
Restos a Pagar Não Processados - RPNP		3.237.158	
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	84.080.318	61.578.265	73,24
RECOMPOSIÇÃO DA CONTA "B"	221.910.000	215.519.637	97,12
SENTENÇAS JUDICIAIS / PRECATÓRIOS	241.577.966	241.470.944	99,96
TOTAL	7.503.926.671	7.415.155.645	98,82

No quadro acima, pode-se observar que as Despesas Previdenciárias se mantiveram dentro da margem estipulada pelo Quadro de Detalhamento das Receitas e Despesas do Exercício de 2009, aprovado pelo Decreto Estadual 41.682 de 09 de fevereiro de 2009. Esses valores não levam em consideração as descentralizações orçamentárias ocorridas no exercício de R\$ 7.8 milhões de reais.

A seguir, pode-se visualizar graficamente a proporcionalidade das despesas liquidadas no Exercício 2009, agrupadas basicamente em quatro grupos. Em sentido horário observamos: Despesas Previdenciárias (93,01%), Despesas Administrativas (0,83%), Recomposição da Conta "B" (2,91%) e Despesas de Sentenças Judiciais e Precatórios (3,26%).

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31.12.2009



Em termos gerais, a despesa executada correspondeu a 98,82% da despesa autorizada para o Exercício. Cabendo, ainda, ressaltar que o Rioprevidência custeou integralmente suas despesas com Fonte de Recursos próprios (FR 010), ou seja, este foi o segundo exercício consecutivo, desde sua criação, que o Fundo não precisou do aporte de recursos do Tesouro Estadual.

DESPESAS	31/12/2008	31/12/2009	Var. %
Despesas Previdenciárias	6.293.731.471	6.896.586.799	9,58
Despesas Administrativas	76.549.972	61.578.265	(19,56)
Recomposição da Conta "B"	234.692.003	215.519.637	(8,17)
Sentenças Judiciais / Precatórios	325.991.391	241.470.944	(25,93)
TOTAL	6.930.964.837	7.415.155.645	6,99

Para melhor compreensão da evolução das Despesas do Rioprevidência, no quando acima comparamos os valores apresentados em 2009 com os valores do exercício de 2008, onde se verifica o crescimento anual de 6,99% no total das despesas do Fundo.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31.12.2009

7. RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS

7.1 RECEITAS REALIZADAS

É o montante em dinheiro arrecadado pelo Rioprevidência no decorrer do Exercício de 2009, contabilmente registrado pelo regime de caixa. Incorporado ao patrimônio do Fundo e utilizado para custear suas Despesas Previdenciárias e Administrativas.

No próximo quadro apresentamos o comparativo entre a Previsão Inicial da Receita e o efetivamente arrecadado. Observa-se que a receita total do período ficou abaixo do previsto em 12,13%.

Neste grupo, destacamos a significativa queda do percentual relativo às participações sobre a produção de petróleo e gás, em face ao cenário econômico abalado pela crise mundial, comprometendo diretamente no desempenho da receita dos rendimentos resultantes das aplicações financeiras dos recursos.

Ressaltamos que foram utilizados para pagamento das obrigações, os recursos provenientes do saldo financeiro de R\$1.396 bilhões, conforme apurado no Balanço Financeiro de 31.12.2008.

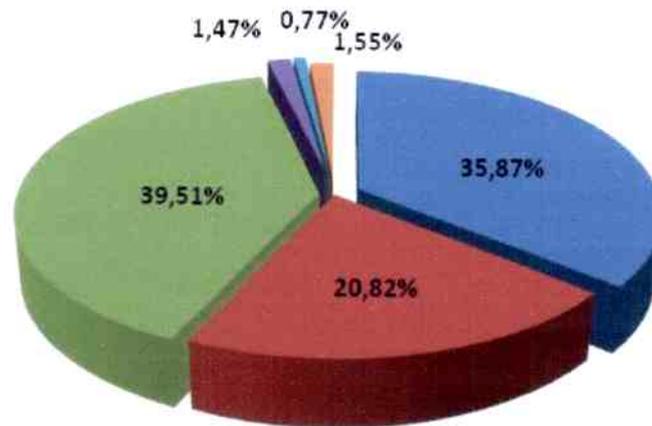
Salientamos ainda, que foi aberto crédito suplementar através do Decreto nº 42.146 de 27/11/2009, no valor de R\$245 milhões para reforço de dotação consignada ao orçamento em vigor, com recursos provenientes do Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial deste Rioprevidência pela Auditoria Geral do Estado no exercício de 2008 – Publicado no D.O. Nº 217 de 30/11/2009.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31.12.2009

RECEITAS REALIZADAS - 2009

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Previsão	Inicial	Realizadas	%
Contribuições Previdenciárias	857.280.138		905.237.724	105,59
Resgates dos CFTs	1.396.426.691		1.331.495.023	95,35
Royalties Petróleo e Gás / PEA	3.487.137.200		2.526.516.710	72,45
Demais Receitas	59.789.104		94.025.991	157,26
Compensação Previdenciária	61.429.138		49.347.612	80,33
Rendimentos de Aplicações Financeiras	30.001.200		99.086.501	330,28
TOTAL	5.892.063.471		5.005.709.561	84,96
Contribuição Patronal - Civil	1.179.712.270		1.199.120.762	101,65
Contribuição Patronal - Militar	205.102.378		189.288.892	92,29
TOTAL	1.384.814.648		1.388.409.653	100,26
TOTAL	7.276.878.119		6.394.119.214	87,87

Composição das Receitas - 2009



- Contribuições Previdenciárias
- Resgates dos CFTs
- Royalties Petróleo e Gás / PEA
- Demais Receitas
- Compensação Previdenciária
- Rendimentos de Aplicações Financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31.12.2009

Comparando a receita realizada em 2009 com a realizada em 2008, observamos que houve um decréscimo de 18,73%, tal fato ocorreu devido a queda no preço do petróleo. Na tabela a seguir se observou uma redução de 42,81% na receita de Royalties de Petróleo e 40,54% na receita de PEA, conforme demonstrativo abaixo:

RECEITAS REALIZADAS	31.12.2008	31.12.2009	Var. %
Contribuições Previdenciárias	858.376.560	905.237.724	5,46
Resgate dos CFTs	1.299.303.596	1.331.495.023	2,48
Royalties Petróleo e Gás	1.376.493.602	787.274.502	(42,81)
Participação Especial / PEA	2.925.054.601	1.739.242.208	(40,54)
Demais Receitas	73.096.813	94.025.991	28,63
Compensação Previdenciária	47.700.207	49.347.612	3,45
Rendimentos de Aplicações Financeiras	81.016.530	99.086.501	22,30
TOTAL	6.661.041.910	5.005.709.561	(24,85)
Contribuição Patronal - Civil	1.032.038.088	1.199.120.762	16,19
Contribuição Patronal - Militar	174.254.212	189.288.892	8,63
RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA	1.206.292.301	1.388.409.653	15,10
TOTAL	7.867.334.210	6.394.119.214	(18,73)

8. DEMONSTRATIVO PREVIDENCIÁRIO ORÇAMENTÁRIO

Compara o total, no exercício, das receitas orçamentárias com as despesas orçamentárias previdenciárias (folha de pagamento de inativos e pensionistas).

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	R\$ Milhares
I. Receita Previdenciária	
Contribuição dos Servidores	905.237.724
Contribuição Patronal	1.388.409.653
Rendas e Resgates	4.100.471.837
TOTAL	6.394.119.214
II. Despesa Previdenciária	
Despesas com Inativos	5.492.417.716
Despesas com Pensionistas	1.404.169.083
TOTAL	6.896.586.799

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31.12.2009

9. OUTRAS INFORMAÇÕES

9.1. RESPONSABILIZADOS POR DANOS E PERDAS

Refere-se ao valor apurado pelo TCE-RJ, com relação à Inspeção Extraordinária sobre as operações com Títulos de emissão do Governo Federal realizadas no exercício de 2002, atualizado pela UFIR-RJ.

9.2. DÍVIDA ATIVA - DETERMINAÇÃO TCE N.º 14

Refere-se à inobservância ao disposto no artigo 1º, do Decreto (E) n.º. 37.050/05, com a autorização contida no artigo 10, da Lei (E) n.º. 4.004/02, em razão da não transferência a esta Autarquia, tendo como contraparte a SEFAZ, do total de receitas arrecadadas oriundas da recuperação de créditos inscritos em dívida ativa no período de competência abril/ 2005 a dezembro/ 2008 – Processo TCE 103.123-0/09.

Providenciado o registro desse ativo na conta contábil 11219.99.00 – Outros Créditos a Receber, no valor de R\$261 milhões, conforme demonstrado na composição do ativo apresentado nesta Nota Explicativa.

9.3. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Realização de baixa do direito registrado na conta contábil 12292.99.00 – Outros Créditos a Receber, no valor de R\$ 2,8 milhões provenientes da compensação de créditos entre o Estado do Rio de Janeiro e o BERJ – Em Liquidação em face do mesmo já estar registrado na conta contábil 11291.03.00 – Créditos a Receber pela Compensação BERJ, conforme teor do Processo E-01/316.943/09.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31.12.2009

9.4. PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS EM 31.12.2009

A Nota Técnica Atuarial da reavaliação do montante das Provisões Matemáticas Previdenciárias do Estado do Rio de Janeiro para o exercício de 2010, às folhas 453 a 471 do presente administrativo, teve sua atualização registrada contabilmente no Exercício Financeiro de 2009.

9.5. NOTAS TÉCNICAS DE REAVALIAÇÃO DOS ATIVOS

Anexamos a presente, Notas Técnicas elaboradas pela Gerência de Operações e Planejamento – GOP da Diretoria de Investimentos – DIN, referentes às reavaliações dos ativos deste Rioprevidência.

10. AUDITORIA INDEPENDENTE

A Empresa MARTINELLI AUDITORES INDEPENDENTES foi contratada para auditar as Demonstrações Contábeis relativas aos exercícios de 2006 a 2010, estando anexos os relatórios relativos aos exercícios de 2006 a 2008.

Os demonstrativos previdenciários determinados pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000) são publicados no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, pela Contadoria-Geral do Estado/SEF, de acordo com os prazos estabelecidos e disponíveis no site: www.fazenda.rj.gov.br.

E que, também, são disponibilizados no *site* do Ministério da Previdência Social/MPS-SPS – www.mps.gov.br, os anexos estabelecidos pela legislação previdenciária pertinente.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31.12.2009

Diretor – Presidente

Wilson Risolia Rodrigues

Diretor de Administração e Finanças

Gustavo de Oliveira Barbosa

Diretor de Investimentos

Antonio Paulo Vogel de Medeiros

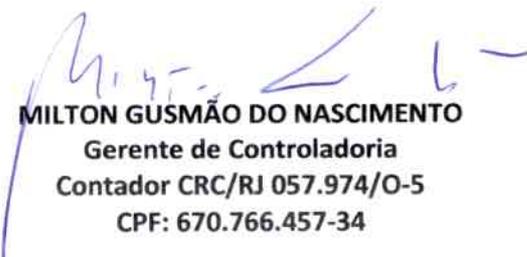
Diretor Jurídico

Felipe Derbli de Carvalho Baptista

Diretor de Seguridade

Roberto Moisés dos Santos

Rio de Janeiro, 31 de março de 2010.



MILTON GUSMÃO DO NASCIMENTO
Gerente de Controladoria
Contador CRC/RJ 057.974/O-5
CPF: 670.766.457-34



WILSON RISOLIA RODRIGUES
Diretor – Presidente
CPF: 001.384.978-69